



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

008. PROVA OBJETIVA

ASSISTENTE SOCIAL

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 50 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição deste caderno.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorrida 1 hora do tempo de duração da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova e assine o termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto a seguir para responder às questões de **01** a **05**:

Janeiro, na casa onde me criei, podia transcorrer em qualquer lugar, desde que ensolarado – estou me lembrando de Guarapari, Araxá, Bertoga, Salvador –, mas nosso julho era sempre na fazenda. Não havia escolha, e ninguém reclamava.

Quando menino, me parecia uma distância enorme a percorrer. Só mais tarde me dei conta de que aquelas terras de meus avós ficavam a 14 km da Praça Sete, o umbigo de Belo Horizonte, município ao qual acabaram sendo integralmente incorporadas. Ficava tão perto que, com a família em férias, meu pai seguia todas as manhãs para o batente em seu consultório.

A sensação de lonjura que me dava tinha a ver com a progressiva piora nas condições dos caminhos sobre os quais, lotado, trafegava o nosso carro – primeiro, um Chevrolet 1939, depois uma sucessão de Kombis, única solução automobilística para um casal que se desdobrou numa dezena de crias.

O asfalto não tardava a dar lugar ao calçamento, e este a uma estrada de terra, à qual não faltavam “costelas”, ondulações que me faziam pensar no plano inclinado de um tanque onde se esfrega a roupa. A certa altura, entrava em nosso campo de visão, à direita, o soturno prédio do Matadouro Municipal.

A fazenda parecia longe, também, pela diferença de temperatura, no inverno muito mais baixa do que em Belo Horizonte. O frio era revoltante aos domingos, quando, nuns restos ainda escuros de madrugada, nossos pais nos acordavam para a missa das 6, a uns poucos quilômetros dali, na capela do sanatório que meu avô fizera construir.

Acho que comecei a perder a fé religiosa naquelas madrugadas em que me obrigavam a deixar o bem-bom das cobertas e seguir, em jejum, para a missa das 6. Foi lá que adquiri o direito irrevogável a uma vaga no Paraíso, não importando que pecados tenha cometido desde então, e quantos venha a cometer ainda. Estará assim compensado, espero, o sofrimento térmico que passei, com o Rodrigo e o Otávio, meus irmãos parelhos, quando nosso pai, um cavalheiro, nos mandava apelar do carro e seguir a pé, cedendo a alguém de mais idade (na época, praticamente não havia quem não o fosse) três assentos ainda quentes no Chevrolet 1939.

(Humberto Werneck, <https://www.estadao.com.br/cultura/humberto-werneck/na-toca-mas-viajando/>, 05.03.2025. Adaptado)

01. Um dos motivos pelos quais o autor tinha a sensação de que era longo o percurso que costumava fazer até a fazenda da família era o fato de

- (A) as viagens realizadas por ele em janeiro serem, em geral, para locais mais próximos de Belo Horizonte, sua cidade natal.
- (B) os veículos em que ele, os pais e os irmãos viajavam não atingirem velocidade satisfatória, por sempre apresentarem problemas mecânicos.
- (C) as crianças passarem o trajeto inteiro aborrecidas por irem todos os anos ao mesmo local, sem que pudessem escolher destino diverso.
- (D) as estradas contarem com um tráfego intenso de veículos na direção de Belo Horizonte, o que tornava a viagem lenta e perigosa.
- (E) a diferença de temperatura entre o local da fazenda e Belo Horizonte ser grande, o que lhe causava a impressão de maior distância geográfica.

02. De acordo com informações presentes no texto, é correto afirmar que a família do autor era

- (A) humilde.
- (B) irresponsável.
- (C) desunida.
- (D) numerosa.
- (E) destemida.

03. Considere as passagens:

- ... nosso julho era **sempre** na fazenda. (1º parágrafo)
- ... entrava em nosso campo de visão, **à direita**, o soturno prédio do Matadouro Municipal. (4º parágrafo)
- ... deixar o bem-bom das cobertas e seguir, **em jejum**, para a missa das 6. (6º parágrafo)

As expressões destacadas apresentam, correta e respectivamente, circunstâncias de:

- (A) tempo, lugar e modo.
- (B) intensidade, lugar e negação.
- (C) afirmação, modo e intensidade.
- (D) intensidade, afirmação e modo.
- (E) tempo, lugar e negação.

04. No trecho “Janeiro, na casa **onde** me criei, podia transcorrer em qualquer lugar, **desde que** ensolarado...” (1º parágrafo), as expressões destacadas podem ser, correta e respectivamente, substituídas por:

- (A) a que ... quando
- (B) em que ... se
- (C) em que ... quando
- (D) que ... caso
- (E) que ... se

05. Assinale a alternativa em que a alteração da posição do pronome em relação ao verbo, indicada entre colchetes, está em conformidade com a norma-padrão.

- (A) Só mais tarde **me dei** [dei-me] conta de que aquelas terras... (2º parágrafo)
- (B) A sensação de lonjura que **me dava** [dava-me]... (3º parágrafo)
- (C) ... de um tanque onde **se esfrega** [esfrega-se] a roupa... (4º parágrafo)
- (D) ... nossos pais **nos acordavam** [acordavam-nos] para a missa das 6... (5º parágrafo)
- (E) ... praticamente não havia quem não **o fosse** [fosse-o]... (6º parágrafo)

Leia o texto a seguir para responder às questões de 06 a 08:

Antes de 2023 e 2024 – os anos mais quentes já registrados – as consequências do calor extremo não estavam no radar das prefeituras nas grandes cidades brasileiras, e o assunto ficava restrito a uma questão puramente meteorológica. Mas as ondas de calor sucessivas levaram os governos a adotar atitudes emergenciais para mitigar os efeitos do calor e diminuir o risco para a população.

Em setembro de 2023, a prefeitura de São Paulo iniciou a Operação Altas Temperaturas, em parceria com o governo do estado, que é mobilizada sempre que os termômetros atingem 32 °C.

A infraestrutura consiste em 10 tendas que são montadas em pontos estratégicos da cidade e que acolhem qualquer pessoa que precise de um local com temperatura amena para descansar e se hidratar, mas o foco é a população vulnerável e em situação de rua. Há distribuição de água, chá gelado, frutas e bonés para pessoas em situação de rua e vendedores ambulantes.

Em junho de 2024, a prefeitura do Rio de Janeiro implementou um protocolo de alerta, com a classificação de níveis de calor, para ajudar a estabelecer ações públicas nos períodos em que a cidade estiver sob altas temperaturas. A escala vai de 1 a 5.

Nesses dias, a prefeitura adota procedimentos como indicação de equipamentos públicos já existentes que servem como pontos de resfriamento, oferta de estações de hidratação ou distribuição de água e cancelamento ou reagendamento de eventos de médio e grande porte, assim como megaeventos em áreas externas.

(Isadora Rupp, <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2025/02/23/clima-calor-extremo-mudancas-climaticas-desigualdade-cidade-solucao>, 23.02.2025. Adaptado)

06. A fim de proteger a população dos efeitos das altas temperaturas, prefeituras de grandes cidades brasileiras passaram a adotar medidas como

- (A) investir parte das verbas das áreas de saúde e educação em ações que visam ao conforto térmico dos transeuntes.
- (B) buscar a assessoria de meteorologistas para o planejamento de ações voltadas ao enfrentamento da crise climática.
- (C) tomar decisões relativas à ocasião da realização de eventos que possam acarretar aglomeração de pessoas.
- (D) disponibilizar sistemas de resfriamento em abrigos municipais de pernoite destinados à população de rua.
- (E) recomendar às pessoas que procurem não sair às ruas quando a temperatura chegar a 32 graus.

07. Considere as passagens:

- ... atitudes emergenciais para **mitigar** os efeitos do calor... (1º parágrafo)
- ... qualquer pessoa que precise de um local com temperatura **amena**... (3º parágrafo)

Considerando o sentido com que foram empregados nos trechos, os vocábulos destacados têm, respectivamente, como antônimo e sinônimo:

- (A) intensificar e simples.
- (B) aliviar e flexível.
- (C) aumentar e branda.
- (D) impedir e adequada.
- (E) mensurar e aprazível.

08. Assinale a alternativa em cujo trecho há vocábulo empregado em sentido figurado.

- (A) ... as consequências do calor extremo não estavam no radar das prefeituras nas grandes cidades brasileiras... (1º parágrafo)
- (B) Em setembro de 2023, a prefeitura de São Paulo iniciou a Operação Altas Temperaturas... (2º parágrafo)
- (C) A infraestrutura consiste em 10 tendas que são montadas em pontos estratégicos... (3º parágrafo)
- (D) Em junho de 2024, a prefeitura do Rio de Janeiro implementou um protocolo de alerta... (4º parágrafo)
- (E) ... que servem como pontos de resfriamento, oferta de estações de hidratação ou distribuição de água... (5º parágrafo)

- 09.** Assinale a alternativa redigida em conformidade com a norma-padrão de emprego da vírgula e de concordância verbal.
- (A) Antes de 2023, não haviam políticas públicas voltadas ao combate das consequências do calor extremo.
 - (B) Adotaram-se recentemente, medidas emergenciais relacionadas às fortes ondas de calor que têm ocorrido no país.
 - (C) Procedimentos, como distribuição de água, passou a ser adotado em função das elevadas temperaturas.
 - (D) Existe, atualmente, equipamentos públicos voltados à redução dos efeitos nocivos do calor para o ser humano.
 - (E) A população tem sofrido, nos últimos tempos, com as sucessivas ondas de calor que vêm ocorrendo no país.
- 10.** Assinale a alternativa em que se atende à norma-padrão de regência verbal.
- (A) Diferentes cidades têm adotado medidas que buscam ao combate aos males provocados pelas altas temperaturas.
 - (B) Moradores de cidades brasileiras anseiam por medidas capazes de reduzir os impactos do aquecimento global.
 - (C) Em dias muito quentes, as pessoas não devem frequentar em lugares em que não seja possível proteger-se do calor.
 - (D) Há gestores públicos que atualmente se interessam de medidas capazes de proporcionar conforto térmico à população.
 - (E) Nem todas as pessoas tomam de providências necessárias para sua proteção em dias de temperaturas muito altas.
- 11.** Uma empresa do setor industrial tem registrado um aumento significativo nos casos de doenças ocupacionais entre seus trabalhadores. O sindicato da categoria entrou em contato com os órgãos de saúde para buscar soluções. Com base nessa situação, assinale a alternativa que representa uma atribuição do Sistema Único de Saúde (SUS), conforme estabelecido pela Constituição Federal Brasileira.
- (A) Regulamentar a jornada de trabalho dos empregados da indústria para reduzir a carga horária e minimizar riscos à saúde.
 - (B) Estabelecer critérios para a concessão de benefícios previdenciários aos trabalhadores acometidos por doenças ocupacionais.
 - (C) Orientar o sindicato a procurar o Ministério do Trabalho para a realização das fiscalizações devidas, orientando-o de que a fiscalização do trabalho é a única competente para agir no interior da empresa.
 - (D) Executar ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como colaborar na proteção do meio ambiente e na fiscalização das condições de trabalho.
 - (E) Definir os critérios para o pagamento de adicional de insalubridade aos trabalhadores expostos a agentes nocivos no ambiente de trabalho.
- 12.** O SUS deve oferecer serviços de saúde a todos os cidadãos e cidadãs, independentemente de sua condição social ou econômica. O princípio doutrinário que fundamenta esse direito é o da
- (A) integralidade.
 - (B) universalidade.
 - (C) equidade.
 - (D) descentralização.
 - (E) hierarquização.

- 13.** Diante da alta taxa de hospitalização por complicações de diabetes e hipertensão em um município de médio porte, o Conselho Municipal de Saúde solicitou à Secretaria de Saúde medidas para fortalecer a Estratégia Saúde da Família (ESF). Considerando os princípios da Atenção Básica no SUS, assinale a alternativa que apresenta a medida correta a ser tomada pela Secretaria.
- (A) Reduzir o número de Agentes Comunitários de Saúde (ACS) para priorizar consultas médicas especializadas, encaminhando os pacientes diretamente para cardiologistas e endocrinologistas.
 - (B) Ampliar a capacitação das equipes de Saúde da Família para qualificar o manejo de doenças crônicas, fortalecer o vínculo com os usuários e promover ações de educação em saúde na comunidade.
 - (C) Criar uma triagem obrigatória na Unidade de Pronto Atendimento (UPA) antes do atendimento na Atenção Básica, garantindo que apenas casos graves sejam encaminhados para as Unidades Básicas de Saúde (UBS).
 - (D) Direcionar os investimentos principalmente para a compra de medicamentos para controle de hipertensão e diabetes, garantindo que todos os pacientes tenham acesso aos fármacos prescritos.
 - (E) Priorizar a criação de hospitais de pequeno porte no município para garantir que os pacientes com doenças crônicas tenham acesso mais rápido à internação quando necessário.
- 14.** O gestor municipal de saúde de um município com recursos limitados e dificuldades na coleta de dados primários para avaliar a situação epidemiológica local decide conduzir um estudo utilizando dados secundários agregados disponíveis nos registros de órgãos públicos locais. Considerando essa abordagem, assinale a alternativa que corresponde ao tipo de estudo mais adequado e viável a ser realizado.
- (A) Estudo de coorte prospectivo.
 - (B) Ensaio clínico randomizado.
 - (C) Estudo ecológico.
 - (D) Estudo de caso-controle.
 - (E) Inquérito epidemiológico transversal.
- 15.** O conjunto de medidas voltadas para intervir em problemas de saúde provenientes da produção e circulação de bens, da prestação de serviços de interesse público na área da saúde e do meio ambiente, bem como para eliminar, reduzir ou prevenir riscos à saúde, é definido como
- (A) promoção da saúde.
 - (B) vigilância em saúde.
 - (C) gestão integrada de riscos em saúde.
 - (D) vigilância epidemiológica.
 - (E) vigilância sanitária.
- 16.** Uma prefeitura deseja avaliar o nível de saúde da população do município e, para isso, analisa diferentes indicadores epidemiológicos. O gestor municipal observa que a taxa de mortalidade infantil apresentou uma redução significativa nos últimos cinco anos. Ao mesmo tempo, há um aumento da expectativa de vida ao nascer e uma queda na incidência de doenças evitáveis por vacinação.
- Assinale a alternativa que corresponde à interpretação mais adequada sobre a situação da saúde da população desse município.
- (A) A redução da mortalidade infantil e o aumento da expectativa de vida indicam melhorias nas condições de saúde e qualidade de vida, sugerindo maior acesso a serviços de saúde e saneamento básico.
 - (B) A queda da mortalidade infantil pode ser um indicador isolado sem impacto relevante sobre a saúde geral da população, pois a melhoria desse índice não está associada a políticas públicas eficazes.
 - (C) O aumento da expectativa de vida pode estar relacionado exclusivamente à evolução tecnológica dos hospitais da região, não necessariamente refletindo melhorias nos determinantes sociais da saúde.
 - (D) A redução da mortalidade infantil e a melhora nos índices de vacinação indicam apenas uma mudança nos padrões demográficos e não necessariamente uma melhora na qualidade de vida da população.
 - (E) O crescimento da expectativa de vida ao nascer pode estar relacionado ao envelhecimento populacional e não às melhorias nos serviços de saúde e condições socioeconômicas.
- 17.** Assinale a alternativa que indica um dos maiores desafios globais enfrentados pelos sistemas de saúde públicos no mundo contemporâneo.
- (A) Envelhecimento populacional e aumento das doenças crônicas.
 - (B) Falta de interesse da população em utilizar serviços de saúde.
 - (C) Redução da expectativa de vida.
 - (D) Diminuição dos custos com tecnologia médica.
 - (E) Privatização total dos serviços de saúde.

- 18.** O conceito de “atenção primária à saúde como ordenadora da rede” significa que a atenção primária
- (A) é responsável por todos os procedimentos de alta complexidade.
 - (B) possui maior autonomia financeira em relação aos outros níveis de atenção.
 - (C) deve ser o primeiro ponto de contato do usuário com o sistema e coordenar o seu cuidado nas demais instâncias da rede.
 - (D) deve se concentrar exclusivamente em ações de prevenção de doenças.
 - (E) define quais serviços especializados o usuário pode acessar, sem necessidade de avaliação prévia.
- 19.** Maria é uma mãe solo que mora em uma região periférica de uma grande cidade. Seu filho de 5 anos está com sintomas de febre alta, tosse persistente e dificuldade para respirar há três dias. Ela tentou agendar uma consulta na UBS mais próxima, mas foi informada de que a próxima vaga disponível é só dali a duas semanas. Para que ela consiga garantir o atendimento imediato do filho, a alternativa mais adequada é
- (A) procurar o Conselho Municipal de Saúde e denunciar a situação.
 - (B) procurar um hospital particular, mesmo sem condições financeiras, para garantir o atendimento imediato.
 - (C) automedicar a criança com remédios caseiros e esperar que surja a vaga da consulta.
 - (D) solicitar o atendimento pelo SAMU.
 - (E) dirigir-se a uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA) ou Pronto-Socorro (PS) da rede pública para avaliação de urgência.
- 20.** Uma campanha educativa sobre os malefícios do tabagismo, veiculada em diversos meios de comunicação e direcionada à população em geral, pode ser classificada como uma ação de prevenção
- (A) terciária, pois busca reduzir as complicações do tabagismo em indivíduos já doentes.
 - (B) secundária, ao identificar precocemente fumantes para tratamento.
 - (C) quaternária, ao evitar intervenções médicas desnecessárias relacionadas ao tabagismo.
 - (D) primária, pois visa evitar a iniciação ao tabagismo e estimular a adoção de hábitos saudáveis.
 - (E) específica, ao atuar diretamente na redução dos danos à saúde de fumantes ativos.
- 21.** Um servidor público está avaliando a possibilidade de compra de um dispositivo de armazenamento. Para isso, está estudando as características do SSD (unidade de estado sólido) em contraposição ao HD (disco rígido).
- Assinale a alternativa que apresenta uma característica do SSD.
- (A) Maior consumo de energia.
 - (B) Utilizam discos magnéticos e cabeçotes móveis.
 - (C) Apresenta partes mecânicas mais frágeis.
 - (D) Menor tempo médio de acesso aos dados.
 - (E) Preço de mercado habitualmente mais barato.
- 22.** Um servidor público estava navegando pelos arquivos do setor em que trabalha, os quais estão compartilhados no Google Drive, em sua configuração original, quando acidentalmente removeu um arquivo da lista.
- Assinale a alternativa que apresenta o destino padrão dos arquivos após a ação executada.
- (A) A lixeira do sistema operacional do dispositivo usado pelo servidor público.
 - (B) A lixeira do Google Drive.
 - (C) A lixeira do sistema operacional utilizado e também para a lixeira do Google Drive.
 - (D) A pasta “Itens excluídos permanentemente”.
 - (E) Um armazenamento local no dispositivo usado pelo servidor público.
- 23.** Assinale a alternativa a que apresenta uma afirmação correta sobre tipos de aplicativos firewall, antivírus e anti-spyware.
- (A) O firewall pode ser implementado como software ou hardware.
 - (B) Um firewall substitui o antivírus e o anti-spyware em todas as suas funções.
 - (C) O antivírus e o anti-spyware são usados apenas em redes corporativas.
 - (D) O anti-spyware impede acessos não autorizados a partir do controle de portas e pacotes.
 - (E) O anti-spywares elimina malwares do tipo worm.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

24. Assinale, dentre as alternativas a seguir, a única afirmação correta acerca do serviço de nuvem de armazenamento de arquivos, ou cloud storage.

- (A) Apenas pessoas jurídicas ou órgãos públicos podem utilizar serviços de armazenamento em nuvem.
- (B) Arquivos armazenados na nuvem, não baixados ou sincronizados localmente, ocupam espaço no disco rígido do usuário.
- (C) Arquivos armazenados na nuvem possuem maior risco de serem corrompidos.
- (D) Não é possível fazer o download dos arquivos em nuvem para o disco rígido local.
- (E) Google Drive é um exemplo de serviço de Cloud Storage que permite colaboração em tempo real em documentos compartilhados.

25. Um servidor público, trabalhando na redação de um documento utilizando o Microsoft Word 2016, em sua configuração-padrão, habilitou o modo Controlar Alterações.

Assinale a alternativa correta acerca deste modo.

- (A) É possível a inclusão e exclusão de texto, alterações de formatação e adição de comentários.
- (B) É possível apenas a inclusão e exclusão de texto e adição de comentários.
- (C) É possível apenas a adição de comentários.
- (D) É possível apenas a inclusão e exclusão de texto.
- (E) Não é mais possível alterar o documento.

26. A questão social expressa a configuração da sociedade de classes, como conjunto das desigualdades econômicas que são conformadas pela produção coletiva da riqueza e pela sua apropriação privada pelos proprietários dos meios de produção. A essa configuração, aliam-se diferentes e variadas formas de lutas, organizações e ações que expressam as necessidades e demandas das classes subalternas junto às classes dominantes e ao Estado. São formas de consciência dessas classes que se manifestam pelo inconformismo, rebeldia e indignação, compondo uma dimensão da questão social fundamentalmente

- (A) econômica.
- (B) política.
- (C) subjetiva.
- (D) material.
- (E) funcional.

27. No campo da proteção social, a abordagem afinada com a concepção de vulnerabilidade orienta-se para processos, pois examina os meios que as famílias utilizam para lidar com os riscos e com a queda de bem-estar. O foco desse conceito de vulnerabilidade está nas estratégias utilizadas, que fazem com que algumas famílias escapem da pobreza, e outras, se perpetuem nela. Essa perspectiva remete à contribuição possível e necessária das políticas públicas para o fortalecimento das

- (A) respostas técnicas extrasetoriais.
- (B) demandas postas à sociedade civil.
- (C) posturas proativas dos trabalhadores sociais.
- (D) capacidades de indivíduos, famílias e regiões.
- (E) competências profissionais e institucionais.

28. Um dos conceitos básicos no campo da política de Assistência Social refere-se aos direitos socioassistenciais, uma vez que sua definição dialoga diretamente com o que especificamente essa política deve prover. A definição dos direitos socioassistenciais, como princípio, busca garantir que a política informe, para quem dela necessitar, o que se pode buscar ao se dirigir a um serviço ou programa de Assistência Social. A construção desses direitos procura resguardar qualidade na prestação de serviços, trazendo para dentro da política os princípios básicos da

- (A) contrapartida cidadã.
- (B) reforma societária.
- (C) seguridade social.
- (D) centralidade econômica.
- (E) aprendizagem em serviço.

29. Gerida pelos governos, para atender às demandas e necessidades coletivas, a política social se constitui em um produto institucional, que provê benefícios e serviços sociais. Divide-se em setores, classificados como sociais: saúde, educação, habitação, previdência, assistência social, entre outros, diferenciando-se da política econômica por visar à melhoria das condições de vida de indivíduos e grupos. Algumas delas têm suas provisões pagas antecipadamente pelos próprios beneficiários, assumindo a forma de seguro, e outras, de provisões não contributivas, provenientes de um fundo público. É por meio desses serviços que a política social presta atendimentos, que podem ser universais ou seletivos, dependendo do
- (A) conjunto de instituições sociais.
 - (B) contexto de mercado atual.
 - (C) limite de capacidade instalada.
 - (D) excedente orçamentário em vigor.
 - (E) regime de bem-estar vigente.
30. A consolidação da Proteção Social de Assistência Social, sob responsabilidade do Poder Público, por meio da construção de capacidades estatais e arranjos institucionais, se aprofundou com o adensamento das ofertas do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e com a regulamentação das entidades e organizações sem fins lucrativos. O avanço na regulação da ação privada se deu no sentido de integra-la às normativas da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), à fiscalização pública e à criação do chamado vínculo SUAS.
- Nessa perspectiva, é correto afirmar que o vínculo SUAS significa o reconhecimento da organização da sociedade civil como
- (A) integrante da rede socioassistencial.
 - (B) contribuinte com o cofinanciamento dessa política.
 - (C) substituta operacional da política.
 - (D) formadora técnica de conteúdos inerentes à área.
 - (E) modelo de qualidade na prestação dos serviços.
31. Em se tratando da territorialização da Política de Assistência Social, as normativas vigentes ressaltam o uso das expressões “recortes territoriais” e “territórios de maior incidência de vulnerabilidade”, o que sinaliza a intencionalidade dessa política em fugir de qualquer pretensão homogeneizadora, reconhecendo desigualdades e diferenciações que devem ser incorporadas por ela. Palavras como “vivências”, “vínculos cotidianos”, “contradições e conflitos” realçam a dimensão processual presente na relação espaço/população, aproximando-se da noção de território
- (A) conquistado.
 - (B) usado.
 - (C) explorado.
 - (D) aparente.
 - (E) externo.
32. O materialismo histórico dialético, bem como a teoria social marxiana, como matriz teórico-metodológica hegemônica explicativa da profissão, da sociedade e da relação entre ambas, traz o entendimento de que a “questão social” é objeto de estudo e determinante para a existência da profissão. Essa perspectiva possibilita a análise de como as “expressões da questão social” afetam as famílias atendidas cotidianamente, não colocando esse segmento social como um sujeito privilegiado ou objeto de trabalho do assistente social. Tais pressupostos remetem ao conjunto de conhecimentos articulados, que fundamentam a formação e o trabalho profissional com famílias, permitindo que assistentes sociais desenvolvam suas atribuições com competência teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, consolidando análises que fundamentam intervenções na perspectiva
- (A) moderada.
 - (B) crítica.
 - (C) compreensiva.
 - (D) tutelar.
 - (E) compensatória.
33. Por falta de qualificação profissional, baixa escolaridade, vivência nos logradouros públicos e preconceitos, os trabalhos informais são as formas de sobrevivência das pessoas em situação de rua. Como consequência da nova morfologia do trabalho, a precarização dessas relações parece atuar duplamente no fenômeno da situação de rua: como motivo para ida à rua e, principalmente, como favorecedora da manutenção nessa condição.
- De acordo com orientações técnicas da PNAS, em se tratando da inclusão produtiva desse segmento social, o Centro Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop) da Assistência Social deve atuar
- (A) na qualificação para atendimento das necessidades dos empregadores.
 - (B) na intermediação de mão de obra junto à iniciativa privada.
 - (C) na articulação com as ações da política de geração de trabalho e renda.
 - (D) na orientação de cadastramento para captação de vagas.
 - (E) na pré-triagem para concessão de seguro-desemprego.

34. Embora a literatura especializada seja controversa quanto aos determinantes do trabalho infantil, a condição de pobreza é comumente aceita como um fator relevante para o referido fenômeno. Daí a equação: aumenta a pobreza, aumenta o trabalho infantil. Apesar do compromisso do Brasil em eliminar as piores formas de trabalho infantil e alcançar sua erradicação, dados demográficos oficiais indicam aumento na taxa de trabalho infantil nos últimos anos. Crianças brasileiras ainda trabalham, sobretudo, nas suas piores formas.
- Estabelecidas internacionalmente, estão entre essa classificação: a venda ou tráfico de crianças, cativo ou sujeição por dívida, trabalho forçado ou obrigatório, práticas essas denominadas como
- (A) escravidão.
 - (B) aliciamento.
 - (C) exploração.
 - (D) recrutamento.
 - (E) assédio.
35. Em relação aos crimes sexuais praticados contra crianças e adolescentes, é correto afirmar que a maior parte desses abusos são perpetrados por pessoas que detêm poder sobre o abusado, utilizando-se da violência como base nas relações de superioridade, dominação e posse. Dados de realidade demonstram que os crimes ocorrem, muitas vezes, dentro de casa, praticados por quem deveria protegê-las, onde também são vítimas de outras formas de violência. Dar visibilidade às duas expressões principais dessa violência, abuso e exploração sexual, significa assumir a existência de características importantes em cada uma delas, e que essa diferença precisa impactar
- (A) no comportamento da vítima.
 - (B) na atenção ao agente violador.
 - (C) na omissão da família.
 - (D) nas políticas de proteção.
 - (E) na responsabilização do agressor.
36. O racismo é uma das mais consistentes armas ideológicas de dominação na sociedade capitalista. Esse fenômeno reproduz a violência estrutural e está assentado sobre a materialidade da vida em sociedade. A classificação da população de acordo com a ideia de raça também define a estratificação do trabalho e do poder entre e interclasses sociais. Nesse sentido, a compreensão sobre as desigualdades sociais, étnico-raciais, de gênero e de sexualidade, estruturais na formação sócio-histórica brasileira, desvelam perspectivas críticas sobre o processo colonial, mas também evidencia um outro aspecto fundante do capitalismo, ligado ao colonialismo, que é o
- (A) desenvolvimentismo.
 - (B) naturalismo.
 - (C) extremismo.
 - (D) regionalismo.
 - (E) eurocentrismo.
37. Embora a ampliação das coberturas das políticas sociais tenha provocado impactos importantes na redução das desigualdades raciais, o Estado ainda se utiliza de inúmeros dispositivos que atendem à elite a partir da tríade controle-exclusão-extermínio daqueles que são socialmente inadequados ou incapazes, a exemplo dos negros. Legitimados pelos entes governamentais, agentes estatais atuam de forma difusa na implementação das políticas, provocando uma desigualdade na distribuição de serviços, benefícios e oportunidades aos diferentes segmentos da população do ponto de vista racial. Esses e outros aspectos explicam o chamado racismo
- (A) orgânico.
 - (B) institucional.
 - (C) seletivo.
 - (D) comportamental.
 - (E) cultural.
38. A consolidação dos programas de transferência condicionada de renda do Governo Federal trouxe como uma das principais contribuições para a proteção social no Brasil a homogeneidade dos critérios de: elegibilidade, cadastramento, forma de repasse de recurso e financiamento. Nesse sentido, eliminou a sobreposição de benefícios que produzia um padrão desigual no acesso dos interessados. Ainda, estabeleceu um modelo de gestão articulado com os setores de saúde, educação e assistência social, que inexistia nos programas que os precederam, por meio da instituição de um sistema de
- (A) comprovação do uso do benefício.
 - (B) reajuste mensal automático.
 - (C) monitoramento e avaliação.
 - (D) pesquisas analíticas.
 - (E) alternância das condicionalidades.
39. De acordo com a Política Nacional de Saúde Mental (Lei nº 10.216/2001), a internação da pessoa portadora de transtorno mental, em qualquer de suas modalidades, só será indicada quando os recursos extra-hospitalares se mostrarem insuficientes. A internação psiquiátrica somente será realizada mediante laudo médico circunstanciado que caracterize os seus motivos. Determina, ainda, a referida Lei (art. 4º, § 3º) que a internação de pacientes portadores de transtornos mentais em instituições com características asilares é
- (A) opcional.
 - (B) adequada.
 - (C) recomendada.
 - (D) vedada.
 - (E) permitida.

40. A Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) reconhece dois benefícios, ambos oriundos da política previdenciária e categorizados como eventuais e continuados. O Benefício de Prestação Continuada (BPC) é a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com sessenta e cinco anos ou mais. Para efeito da concessão do BPC, a LOAS (art. 20, § 1º) considera a seguinte composição familiar: o requerente, o cônjuge ou companheiro, os pais e, na ausência de um deles, a madrasta ou o padrasto, os irmãos solteiros, os filhos e enteados solteiros e os menores tutelados, desde que
- (A) vivam sob o mesmo teto.
 - (B) contribuam com a renda familiar.
 - (C) tenham desempregados entre seus membros.
 - (D) apresentem bom rendimento escolar.
 - (E) proponham soluções pertinentes.
41. Organizada por tipos de proteção, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) abrange desde o provimento do acesso da população usuária a serviços de apoio e sobrevivência, até sua inclusão em redes sociais de atendimento. A Proteção Social Especial (PSE) é a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social.
- Para cumprir os objetivos propostos pela PNAS, a PSE prevê o desenvolvimento de
- (A) programas de convivência e socialização de indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social.
 - (B) serviços que requerem acompanhamento individual, encaminhamentos monitorados e apoios, em estreita interface com o sistema de garantia de direitos.
 - (C) ações que favoreçam a reestruturação de comportamentos desviantes, de indivíduos ou grupos, dificultadores do convívio social.
 - (D) benefícios que supram demandas decorrentes do acesso restrito à saúde ou à educação.
 - (E) projetos voltados à formação, preparo e inserção profissional.
42. A Norma Operacional Básica do SUAS (NOB-SUAS/2012) reafirma a assistência social como política garantidora de direitos consagrados pela Constituição Federal de 1988; representa uma conquista do Estado, dos gestores, conselhos, trabalhadores, especialistas e também da população brasileira, em especial, daquela atendida pelo SUAS. É um instrumento de planejamento estratégico que organiza, regula e norteia a execução da PNAS na perspectiva do SUAS. Conforme determina o artigo 19 da NOB/SUAS, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar os respectivos Planos de Assistência Social a cada quatro anos, de acordo com os períodos de elaboração do
- (A) Plano Plurianual – PPA.
 - (B) Projeto Preliminar de Gestão – PPG.
 - (C) Diagnóstico Socioassistencial – DSA.
 - (D) Prognóstico de Prioridades e Metas – PPM.
 - (E) Programa de Aprimoramento Continuado – PAC.
43. Identificar a contradição ou a compatibilidade presentes entre o objetivo institucional e o projeto profissional, é premissa fundamental para que se possa desenvolver um trabalho que apresente a correlação dialética entre essas naturezas diversas. Assim é que, ao versar sobre as relações do assistente social com as instituições empregadoras e outras, o Código de Ética (Art. 8º, b) estabelece como dever do profissional denunciar falhas nos regulamentos, normas e programas da instituição em que trabalha, quando estes estiverem ferindo os princípios e diretrizes do referido Código, mobilizando, inclusive, caso se faça necessário,
- (A) os usuários.
 - (B) a imprensa local.
 - (C) a equipe de trabalho.
 - (D) o Conselho Regional.
 - (E) o Órgão Gestor da área.
44. A Lei nº 13.146/2015 promoveu alterações no Código Civil, a partir das quais passou-se a classificar as pessoas com deficiência como relativamente incapazes para determinados atos ou à maneira de exercê-los. Em se tratando do direito à Assistência Social, determina o art. 39 da citada Lei, que os serviços, os programas, os projetos e os benefícios no âmbito dessa política pública, voltados à pessoa com deficiência e sua família, têm como objetivo a garantia da segurança de renda, da acolhida, da habilitação e da reabilitação, do desenvolvimento da autonomia e da convivência familiar e comunitária, para a promoção do acesso a direitos e da plena
- (A) capacitação funcional.
 - (B) harmonia familiar.
 - (C) atuação socio-ocupacional.
 - (D) participação social.
 - (E) integração laboral.

45. O Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergência, da Assistência Social, atende a essas situações mediante a mobilização de equipe de prontidão escalonada pelo regime de plantão, a ser acionada em qualquer horário e dia da semana. O serviço promove apoio e proteção à população atingida, com a oferta de alojamentos provisórios, atenções e provisões materiais. De acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, o equipamento recomendado para a realização desse serviço socioassistencial deve estar referenciado
- (A) à Defesa Civil.
 - (B) ao Fundo Social de Solidariedade.
 - (C) ao Conselho Comunitário de Segurança.
 - (D) à Secretaria de Infraestrutura Municipal.
 - (E) ao Órgão Gestor da Assistência Social.
46. Ainda que reiteradamente o apelo à redução da maioridade penal e o encarceramento de adolescentes sejam evocados para fazer frente à violência, cuja autoria lhes é atribuída indiscriminadamente, os números sobre a realidade não sustentam essa narrativa. Contrariamente às prováveis arbitrariedades praticadas nessas situações, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) determina que nenhum adolescente será privado de sua liberdade senão em flagrante de ato infracional ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente. De acordo com o art. 107 (parágrafo único) da referida Lei, quando da apreensão de qualquer adolescente, examinar-se-á, desde logo e sob pena de responsabilidade, a possibilidade de
- (A) liberação imediata.
 - (B) acolhimento provisório.
 - (C) sentenciamento definitivo.
 - (D) remissão temporária.
 - (E) cautela eventual.
47. A identificação das expressões da questão social que atravessam as famílias, tal como o afastamento de crianças e adolescentes de seus pais ou responsável, situa-se para além da lógica familista. Assim é que a garantia do direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária não é responsabilidade apenas dos genitores. Ao versar sobre a corresponsabilidade do Estado, o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária afirma que cabe a essa instância reconhecer e intervir para assegurar ou restaurar os direitos ameaçados ou violados. Entre as condições explicitadas pelo Plano, para que isso ocorra de maneira eficiente e eficaz está
- (A) o acolhimento institucional imediato.
 - (B) a busca de novas metodologias expressivas.
 - (C) a oferta de serviços de cuidados alternativos.
 - (D) a agilidade dos processos de adoção.
 - (E) o recurso a instâncias alternativas.
48. O Brasil ainda apresenta um número elevado de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar e comunitário, muitas delas sob alegações de negligência e por uso de substâncias psicoativas dos responsáveis. Discutir sobre o direito à essa convivência, torna-se necessário para descortinar uma tendência em naturalizar as desigualdades sociais, responsabilizando unicamente as famílias pelo afastamento do convívio com seus filhos. Ao discorrer sobre a capacidade das famílias para o desempenho de suas funções, o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária afirma que essa competência está proporcionalmente ligada
- (A) à superação do individualismo presente na sociedade.
 - (B) à comercialização restrita de substâncias psicoativas.
 - (C) à implementação de códigos de conduta familiar.
 - (D) ao seu acesso aos direitos sociais.
 - (E) ao compartilhamento de novos conhecimentos.
49. A Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente instalaram um sistema de “proteção geral de direitos” de crianças e adolescentes com o objetivo da efetiva implementação da Doutrina da Proteção Integral, o Sistema de Garantia de Direitos (SGD). Nele, incluem-se princípios e normas que regem a política de atenção a crianças e adolescentes, cujas ações são promovidas pelas três esferas governamentais, pelos três Poderes e pela sociedade civil. No interior do SGD existem diversos subsistemas que tratam de situações peculiares. É nesse contexto que se insere o Sistema de Atendimento Socioeducativo (SINASE), destinado ao adolescente que pratique ato infracional. O SINASE regulamenta a execução das medidas socioeducativas, que tem entre seus objetivos
- (A) a conscientização sociofamiliar.
 - (B) a alternativa ao encarceramento.
 - (C) a prerrogativa do acolhimento institucional.
 - (D) a publicização do ato infracional.
 - (E) a responsabilização do adolescente.
50. A criação dos conselhos de controle social representa um avanço conquistado, especialmente pelo seu caráter deliberativo, definido por suas competências legais na aprovação de planos, orçamentos, prioridades e distribuição dos recursos públicos. De acordo com o art. 18 (inciso IX) da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), compete ao Conselho Nacional de Assistência Social aprovar critérios de transferência de recursos para os Estados, Municípios e Distrito Federal, considerando, para tanto, indicadores que informem sua regionalização mais equitativa, além de disciplinar os procedimentos de repasse de recursos para
- (A) os programas setoriais parceiros.
 - (B) as entidades de assistência social.
 - (C) os orçamentos pré-estabelecidos.
 - (D) as despesas tributáveis.
 - (E) os contratos com a iniciativa privada.

